

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.982 - SP (2019/0099366-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**INTERES.** : GEISON VANZELI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : EDVALDO APARECIDO CARVALHO - SP157613  
GUSTAVO BASSOLI GANARANI E OUTRO(S) - SP213210  
**INTERES.** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos autos de ação previdenciária.

Apreciando Apelação do INSS, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região declinou de sua competência sob o fundamento de que a hipótese trata de benefício previdenciário de natureza acidentária.

A Corte Estadual paulista suscitou o conflito, consignando que “[e]m momento algum a exordial requer pensão por morte em decorrência de um acidente do trabalho”.

O Ministério Público opina pela competência da Justiça Federal.

É o **relatório**.

**Decido.**

Na Petição Inicial da demanda previdenciária (fls. 2-8, e-STJ), os autores não fazem qualquer alusão a acidente de trabalho, requerendo pensão por morte em razão de óbito não ligado a sinistro laboral. Como afirmou o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “busca-se apenas o amparo da previdência em decorrência da morte de segurada que se deu em circunstância divorciada das razões acidentárias que geraram o amparo da previdência enquanto ainda viva”.

Nesse quadro, a Primeira Seção tem fixado a competência da Justiça Federal:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DO BENEFÍCIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. JUÍZO SUSCITADO.

1. Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cáceres/MT e o Juízo Federal do Juizado Especial Adjunto de Cáceres-SJ/MT, em ação previdenciária de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.

2. No caso concreto, não se extrai da petição inicial qualquer alusão à ocorrência de acidente laboral que, como causa de pedir, estivesse a respaldar o pedido de aposentadoria por invalidez formulado pelo

segurado ao INSS, cujo contexto desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça Estadual.

3. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do CC 140.943/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 16.2.2017, firmou o entendimento de que "o acidente sofrido por trabalhador classificado pela lei previdenciária como segurado contribuinte individual, por expressa determinação legal, não configura acidente do trabalho, não ensejando, portanto, a concessão de benefício acidentário, apenas previdenciário, sob a jurisdição da Justiça Federal".

4. Conflito de Competência conhecido para declarar competente para o processamento do feito o Juízo Federal do Juizado Especial Adjunto de Cáceres-SJ/MT, o suscitado.

(CC 164335/MT, Relator Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 13.6.2019)

**PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA.**

1. A competência *ratione materiae*, em regra, é determinada em função da natureza jurídica da pretensão deduzida, sendo questão anterior a qualquer outro juízo sobre a causa.

2. Hipótese de ação ajuizada perante a Justiça Federal por contribuinte individual que postula o restabelecimento de auxílio-doença ou a concessão de aposentadoria por invalidez, sem nenhuma referência a acidente de trabalho, o que desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça estadual. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 140766/MG, Relator Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 6.9.2017)

Ante o exposto, com arrimo no art. 34, XXII, do RISTJ, **declaro competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, juízo suscitado, para julgar a apelação interposta nos autos do Proc. 024158-80.2017.4.03.9999/SP**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de novembro de 2019.

**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
Relator